EDUCAÇÃO FISCAL

dão consciente faz a diferença. Cidadão consciente faz a di
o consciente faz a diferença. Cidadão consciente faz a dife
dão consciente faz a diferença. Cidadão consciente faz a di
o consciente faz a diferença. Cidadão consciente faz a dife

SITUANDO A EDUCAÇÃO FISCAL

ENTENDENDO A RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE

CONHECENDO O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

APRENDENDO SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

CONSTRUINDO PROJETOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

MANUAL PEDAGÓGICO

CURSO SOBRE FUNDAMENTOS TEÓRICO E PRÁTICO DE EDUCAÇÃO FISCAL

1- INFORMAÇÕES GERAIS

Carga Horária: 24h

Clientela: Professores, Técnicos das Diretorias Regionais de Educação - DREs e Coordenadores de Ensino

N.º total de participantes: 1.000

N.º de Participantes por turma: 50

Facilitadores

Situando a Educação Fiscal na Prática Educativa
Raylane Andreza Dias Navarro - graduada em Ciências Sociais pela UFS.
Vilma Soares de Lima - graduada em Ciências Sociais pela UFS.

Pressupostos Teórico e Metodológico de um Fazer Didático Significativo
Construindo Projetos de Educação Fiscal
Aglacy Mary da Silva - Pedagoga graduada pela UFS.
Edilson Alves de Moura - graduado em Comunicação Social e mestrando em Educação Popular pela UFPB.

Entendendo a Relação Estado/Sociedade
Alex Sandro dos Santos França - graduado em Ciências Sociais pela UFS.
Cândido de Jesus Silva - graduado em Ciências Sociais pela UFS.

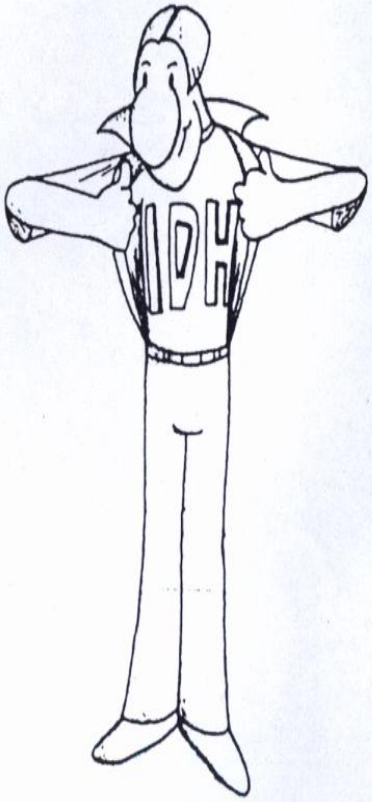
Conhecendo o Sistema Tributário Nacional
Agatha Christie Vaz Gomes Costa - graduada em Direito pela UFS.
Gabriela Maia Rebouças - Mestre em Direito Constitucional pela UFCE.
Wilson Macedo Siqueira - Mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela UFC.

Aprendendo sobre Gestão dos Recursos Públicos
Antônio José de Santana - graduado em Comunicação Social e mestrando em Comunicação e Cultura pela UFRJ.
Sônia Cristina Santos de Azevedo - graduada em Ciências Sociais e mestrando em Comunicação e Cultura pela UFRJ.

Educação Fiscal como prática social

A característica fundamental da sociedade brasileira é o seu profundo dualismo. De um lado, como revelam os indicadores econômicos, encontra-se uma sociedade moderna industrial, que já é a 8ª economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo no curso dos últimos 40 anos, embora seu crescimento econômico tenha declinado a partir da década de 80. De outro lado como revelam os indicadores sociais, encontra-se uma sociedade primitiva vivendo em nível de subsistência, num mundo rural, ou em condições de miserabilidade e marginalidade urbana, ou em condições de pobreza e ignorância.

A primeira sociedade inclui uma parcela minoritária, enquanto a segunda conta com cerca de 60% da população total, sem ter agregadas às classes intermediárias. Dessa forma, a questão social brasileira expressa a existência de grupos de indivíduos dotados de elevados índices de bem-estar coexistindo com outros grupos que se situam abaixo da linha de pobreza.



Na década de 60 acreditava-se que o crescimento econômico seria equivalente ao desenvolvimento social. Com a recessão na década de 80, no entanto, essa convicção se revelou enganosa. O conceito de desenvolvimento descentralizado e sustentável tornou-se central, podendo ser entendido como um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais na área econômica, política, social ou cultural. Assim, os indivíduos são considerados, ao mesmo tempo, a força motriz e os beneficiários do desenvolvimento; desfrutando dele e ainda se envolvendo nas decisões e nas ações que influenciam a sua vida e as dos demais.

Situando a Educação Fiscal

O desafio que o País enfrenta, no momento, é o de articular um novo modelo de desenvolvimento que possa trazer para o conjunto da sociedade brasileira a perspectiva de um futuro melhor. É preciso dar um salto no sentido de uma administração pública menos burocrática e mais gerencial, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada, sendo assim, mais próxima do cidadão que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições.

Vale salientar, que o papel do Estado hoje, passa por profundas mudanças devido à globalização e as grandes transformações tecnológicas, científicas, sociais, econômicas e culturais. Nesse novo ambiente já não são contempladas as funções de provedor direto de todos os bens e serviços sociais, nem de produtor econômico ,competindo com a iniciativa privada. Embora isso não signifique que o Estado deixou de ser o responsável pelas satisfações das necessidades sociais mas, sim, que as relações entre ele e os cidadãos passam, também, por um significativo processo de transformação que tende para uma relação de complementaridade, cujo foco é o exercício da cidadania plena e a igualdade de oportunidades para todos.

Para atender as demandas da sociedade é necessária a participação individual e coletiva dos cidadãos, com ações concretas de intervenção nas práticas sociais. Compete aos cidadãos cumprirem com seus deveres para com o Estado, para que ao mesmo tempo possam exigir diretamente ou por meio de seus representantes, a execução de obras e benefícios de interesse da sociedade.

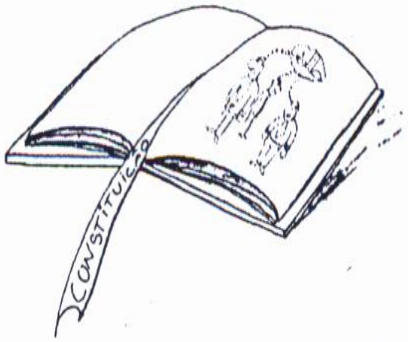
As sociedades contemporâneas vêm dando sinais de interesse de participação do meio, exigindo cada vez mais transparência nas ações do governo e reconhecendo que é fundamental a participação de todos na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

44

Nesse espaço, emerge a oportunidade de formação do sujeito social, consciente e organizado, capaz de definir seu destino e de transformar a realidade social. Estado e sociedade devem formar uma democracia, um todo indivisível. Logo, é fundamental restabelecer uma relação dialética entre o Estado e a sociedade civil. É pelo diálogo democrático entre o Estado e a sociedade que se definem as prioridades a que o governo deve ater-se para a construção de um país mais próspero.

Trata-se de recuperar a relevância insubstituível dos serviços públicos, de um lado, e da participação do cidadão, manifestado seus anseios e demandas por canais formais ou informais de contato com as autoridades constituídas, de outro. Em outras palavras, é preciso assegurar que o Estado cumprirá suas competências dentro dos limites de atuação definidos na Constituição.

Dentre as funções do Estado, cabe à educação garantir às novas gerações o domínio da sua cultura, como processo de apropriação e reapropriação do saber, objetivando a construção da cidadania. Esse processo reflete as práticas e os valores determinados a partir das transformações sócio-econômicas e o avanço tecnológico. A educação encontra-se, assim, diante de um grande propósito: Formar o homem detentor de uma visão de totalidade, sem perder a identidade. Objetiva-se assim, que ele atue como sujeito das práticas sociais refletindo e construindo soluções transformadoras do seu contexto histórico.



Sob este ângulo, enfrentar os grandes desafios de um mundo em transformações aceleradas, requer a educação como principal estratégia para a formação de um cidadão que conviva com as exigências do pluralismo social e político.

Nesse contexto, surge a discussão do tema Educação Fiscal, visando à conscientização da sociedade quanto à função socioeconômica do tributo. É um tema que se configura como um dos mais significativos para aquisição de atitudes essenciais ao cidadão na construção e sustentação de um Estado que de fato assuma o papel de provedor do bem estar social.

A proposta do Programa Nacional de Educação Fiscal é o aprimoramento da consciência social do cidadão. O governo, em qualquer esfera, deve antecipar-se e ampliar as oportunidades de aproximação, não somente com a iniciativa de oferecer informações anteriormente inacessíveis ao público, mas, também, ao conclamar os cidadãos ao exercício do controle social.

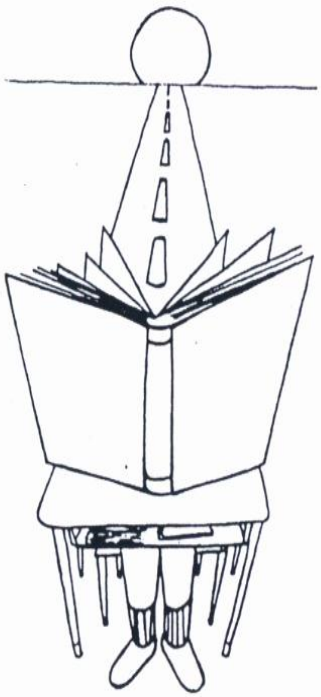
Situando a Educação Fiscal

O Programa visa contribuir para a formação de um cidadão mais consciente, que participe mais ativamente na construção dos destinos da sociedade, restando ao Estado a sensibilidade de dar a devida importância a esse fenômeno e reconhecer a essencialidade de sua participação.

Com o envolvimento do cidadão no acompanhamento da qualidade e da propriedade dos gastos públicos, estabelece-se controle social sobre o desempenho dos administradores públicos e asseguram-se melhores resultados sociais.

O Programa de Educação Fiscal tem como objetivo não só sensibilizar o indivíduo para a função sócio-econômica do tributo, como também, possibilitar conhecimentos sobre a administração pública; incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos e criar condições para uma relação harmoniosa entre Estado e o Cidadão.

Demonstrar a importância social do tributo requer dedicação e perseverança; não é um processo simples e rápido. A participação efetiva do cidadão para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática deve ser a meta de todos nós.



Desde a criação do Programa de Educação Fiscal, diversas ações foram implementadas nos Estados brasileiros objetivando sua divulgação e o estímulo a prática da cidadania.

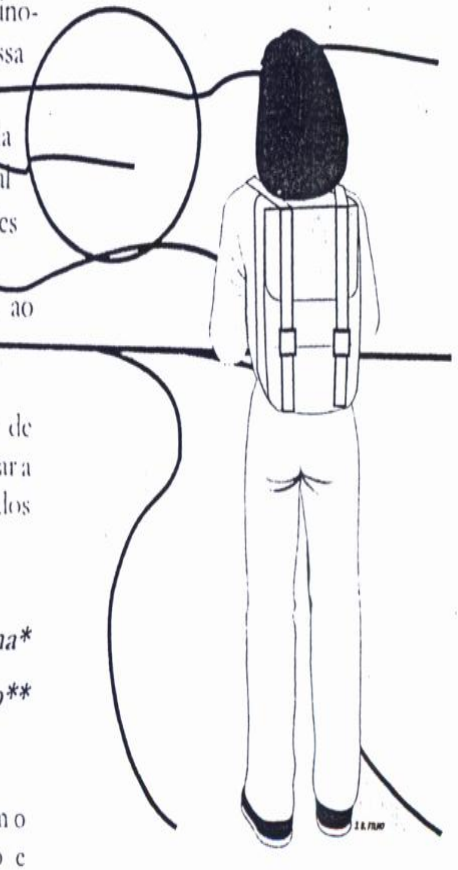
Mas, para que haja mudança na sociedade no sentido de despertar a consciência da cidadania é necessário uma ação pedagógica permanente e sistemática, de modo que, o Programa Estadual de Educação Fiscal não poderia prescindir do papel da escola enquanto espaço de socialização das idéias e construção do conhecimento. Conhecer desde a infância o que é tributo, quem paga, como paga e qual a respectiva destinação dos impostos, taxas e contribuições, assim como, qual a maneira de acompanhar sua aplicação, é condição necessária para o desenvolvimento da cidadania.

Um dos instrumentos possíveis para essa alteração cultural do cotidiano é a inserção da Educação Fiscal no meio escolar como "Conteúdo Transversal". Daí, a ênfase que deve ser dada ao currículo escolar, como elemento articulador dos diferentes saberes e práticas, para poder trabalhar as questões sociais que conduzam a aquisição de atitudes para o exercício da cidadania.

A transversalidade deve ser entendida como um meio de relacionar as questões sociais ao ensino das disciplinas do Currículo Escola. Este paradigma se torna mais claro quando compreendemos que as questões sociais permeiam toda a prática educativa, não se restringindo a nenhuma das áreas clássicas do processo de ensino-aprendizagem, mas indo além destas, pois perpassa todo o processo pedagógico.

Para trabalhar os temas transversais na perspectiva da cidadania é preciso promover a participação social dos alunos, levando-os a assumir posições e decisões para que vivenciem ações concretas de cidadania.

Com efeito, o Programa de Educação Fiscal, ao promover um processo de mudança de valores na sociedade, tem como meta a formação de cidadãos conscientes do seu dever de cumprir as obrigações tributárias e do direito de cobrar a adequada destinação dos recursos provenientes dos tributos arrecadados pelo Estado.



*Vilma Soares de Lima**

*Raylane A Dias Navarro Barreto***

* Socióloga e pesquisadora na área do Terceiro Setor, com o trabalho " Terceiro Setor em Aracaju: Associativismo e Cidadania" e "Organizações Filantrópicas".

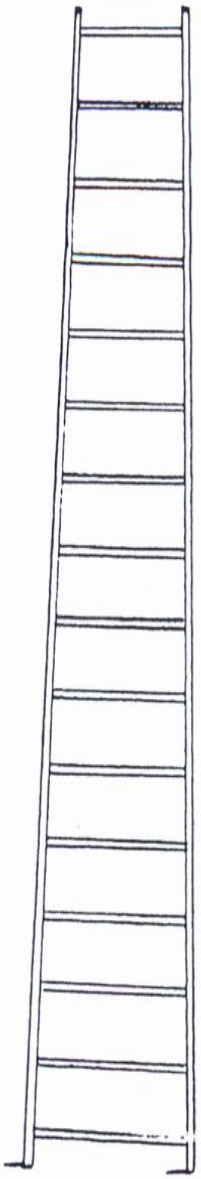
** Socióloga e pesquisadora do Centro de Memória Cultural Latino-Américano na área de Movimentos Sociais e questão urbana. Trabalhos: " A Igreja Católica: Um agente social no Baixo São Francisco (o caso Betume) e " Perspectivas da Industria Sergipana."

TRABALHO EM GRUPO

Com base nos argumentos apresentados, que apontam para a necessidade do desenvolvimento do Programa de Educação Fiscal, enumere elementos acerca de:

GRUPO I
Quais ideias justificam a existência do programa de educação fiscal?

GRUPO II
Quais diretrizes são necessárias para o desenvolvimento do programa?

GRUPO III
Que valores, hábitos ou atitudes devem existir ou ser estimulados?

GRUPO IV
De que forma você pode contribuir, enquanto cidadão, servidor público e integrante do programa?